Artigo 31.º

Ao Instituto Nacional de Seguros fica vedado:

- a) Substituir as empresas coordenadas nos actos de gestão;
- b) Fiscalizar a gestão financeira das empresas de seguros;
- c) Fazer um *contrôle* fiscal e contabilístico das empresas coordenadas;
- d) Ser parte contratante em contratos de seguros e resseguros em substituição das empresas.

Artigo 32.º

Quando os membros dos órgãos sociais do INS forem trabalhadores de seguros não perdem essa qualidade durante o período de duração do seu mandato, mantendo o direito aos postos de trabalho que ocupavam na data da nomeação.

Artigo 33.º

Os trabalhadores do INS são considerados, para todos os efeitos, trabalhadores de seguros.

Artigo 34.º

O recrutamento de quadros técnicos para o INS deve ser feito prioritariamente de entre os trabalhadores de seguros, só podendo ser adoptado, em casos de excepção devidamente justificados, o regime de comissão de serviço.

Artigo 35.º

A Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Seguros (CIINS) é dissolvida na data da tomada de posse do Conselho Directivo do INS.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. —
José Baptista Pinheiro de Azevedo — Francisco Salgado Zenha.

Promulgado em 17 de Maio de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

=====

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Decreto n.º 401/76
de 26 de Maio

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 4), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26

de Março, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Compete ao Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge a emissão da carta de enfermeiro a que têm direito as pessoas aprovadas nos cursos de enfermagem geral ou no curso de promoção, a que se refere o artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 440/74, de 11 de Setembro, e regulado pela Portaria n.º 107/75, de 17 de Fevereiro.

Art. 2.º A carta de enfermeiro constitui o título legal que habilita ao exercício da profissão de enfermagem, seja no Estado e demais entidades públicas, seja nas pessoas colectivas de direito privado.

Art. 3.º É aprovado o modelo único de carta anexo ao presente decreto, sem prejuízo da possibilidade de continuarem a ser emitidos os diplomas das respectivas escolas.

José Baptista Pinheiro de Azevedo — Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa — Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Promulgado em 7 de Maio de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
DR. RICARDO JORGE

CARTA DE ENFERMEIRO

Faz-se saber que _____

nascido em _____ a _____/_____/_____,

está habilitado para o exercício da profissão de enfermeiro.

_____ de _____ de 19 _____

Pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge,

O Ministro dos Assuntos Sociais, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.*